

# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXVI

FLORIANÓPOLIS, 23 DE MAIO DE 2017

NÚMERO 7.127

## MESA

Silvio Dreveck  
**PRESIDENTE**

Aldo Schneider  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Mário Marcondes  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Kennedy Nunes  
**1º SECRETÁRIO**

Dirce Heiderscheidt  
**2ª SECRETÁRIA**

Ana Paula Lima  
**3ª SECRETÁRIA**

Maurício Eskudlark  
**4º SECRETÁRIO**

## LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Darci de Matos  
Vice-Líder: Valdir Cobalchini

## PARTIDOS POLÍTICOS (Lideranças)

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Mauro de Nadal

**PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO**  
Líder: Milton Hobus

**BLOCO PARLAMENTAR  
PP, PR, PSB**  
Líder: José Milton Scheffer

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**  
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**  
Líder: Dóia Guglielmi

**PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL**  
Líder: Cesar Valduga

**PARTIDO SOCIAL CRISTÃO**  
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**  
Líder: Rodrigo Minotto

## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Jean Kuhlmann - Presidente  
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente  
Mauro de Nadal  
José Nei A. Ascari  
Darci de Matos  
Dirceu Dresch  
João Amin  
Marcos Vieira  
Rodrigo Minotto

### COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente  
Marcos Vieira - Vice-Presidente  
Manoel Mota  
Milton Hobus  
Cesar Valduga  
Valdir Cobalchini  
Luciane Carminatti

### COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-Presidente  
Antonio Aguiar  
Dóia Guglielmi  
Manoel Mota  
Gabriel Ribeiro  
Rodrigo Minotto

### COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Serafim Venzon - Presidente  
Cesar Valduga - Vice-Presidente  
Dirceu Dresch  
Manoel Mota  
Fernando Coruja  
Jean Kuhlmann  
Altair Silva

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei A. Ascari - Presidente  
Serafim Venzon - Vice-Presidente  
Luciane Carminatti  
Antonio Aguiar  
Romildo Titon  
Cleiton Salvaro  
Narcizo Parisotto

### COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Rodrigo Minotto - Presidente  
Neodi Saretta - Vice-Presidente  
Mauro de Nadal  
Manoel Mota  
Gelson Merisio  
Altair Silva  
Marcos Vieira

### COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente  
Antonio Aguiar - Vice-Presidente  
Luciane Carminatti  
Fernando Coruja  
Milton Hobus  
Gabriel Ribeiro  
José Milton Scheffer  
Patricio Destro  
Rodrigo Minotto

### COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Natalino Lázare - Presidente  
Mauro de Nadal - Vice-Presidente  
José Milton Scheffer  
Dóia Guglielmi  
Valdir Cobalchini  
Pe. Pedro Baldissera  
Cesar Valduga

### COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Cleiton Salvaro - Presidente  
Dirceu Dresch - Vice-Presidente  
Mauro de Nadal  
Jean Kuhlmann  
Nilso Berlanda  
Dóia Guglielmi  
Narcizo Parisotto

### COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Valdir Cobalchini - Presidente  
Ricardo Guidi - Vice-Presidente  
Mauro de Nadal  
Neodi Saretta  
João Amin  
Dóia Guglielmi  
Cesar Valduga

### COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Antonio Aguiar - Presidente  
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente  
Luciane Carminatti  
Fernando Coruja  
Gelson Merisio  
Ismael dos Santos  
Altair Silva  
Cleiton Salvaro  
Dóia Guglielmi

### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Mauro de Nadal - Presidente  
Cesar Valduga - Vice-Presidente  
Fernando Coruja  
Dalmo Claro  
Dirceu Dresch  
Nilso Berlanda  
Marcos Vieira

### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Romildo Titon - Presidente  
Ricardo Guidi - Vice-Presidente  
Manoel Mota  
Dirceu Dresch  
Patricio Destro  
Serafim Venzon  
Rodrigo Minotto

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luciane Carminatti - Presidente  
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente  
Antonio Aguiar  
Serafim Venzon  
Ricardo Guidi  
Natalino Lázare  
Rodrigo Minotto

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Cesar Valduga - Presidente  
Pe. Pedro Baldissera - Vice-Presidente  
Darci de Matos  
Romildo Titon  
Manoel Mota  
Altair Silva  
Dóia Guglielmi

### COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente  
Antonio Aguiar - Vice-Presidente  
José Milton Scheffer  
Serafim Venzon  
Fernando Coruja  
Dalmo Claro  
Cesar Valduga

### COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Patricio Destro - Presidente  
Milton Hobus - Vice-Presidente  
Fernando Coruja  
Romildo Titon  
Pe. Pedro Baldissera  
Serafim Venzon  
Narcizo Parisotto

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente  
Ismael dos Santos - Vice-Presidente  
Valdir Cobalchini  
Fernando Coruja  
Neodi Saretta  
Nilso Berlanda  
Narcizo Parisotto

### COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Narcizo Parisotto  
Serafim Venzon  
Romildo Titon  
Dalmo Claro  
Natalino Lázare

DIRETORIA LEGISLATIVA	<b>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</b> <b>EXPEDIENTE</b>	ÍNDICE
<p><b>Coordenadoria de Publicação:</b> Responsável pela revisão dos documentos, bem como editoração, diagramação e distribuição.</p> <p><b>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:</b> Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.</p> <p><b>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</b></p> <p><b>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:</b> Responsável pela impressão.</p>	 <p><b>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina</b> <b>Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves</b> <b>Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC</b> <b>CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500</b> <b>Internet: <a href="http://www.alesc.sc.gov.br">www.alesc.sc.gov.br</a></b></p> <p><b>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXVI</b> <b>NESTA EDIÇÃO: 16 PÁGINAS</b> <b>TIRAGEM: 4 EXEMPLARES</b></p>	<p><b>Plenário</b> Ata da 040ª Sessão Ordinária realizada em 16/05/2017 ..... 2 Ata da 041ª Sessão Ordinária realizada em 17/05/2017 ..... 5 Ata da 042ª Sessão Ordinária realizada em 18/05/2017 ..... 8</p> <p><b>Publicações Diversas</b> Ata de Comissão Permanente..... 9 Extratos..... 11 Portarias..... 12 Projeto de Conversão em Lei... .. 13 Redações Finais ..... 16</p>

## P L E N Á R I O

# ATA DA 040ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2017

### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO SILVIO DREVECK

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Silva - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mário Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cocalchini.

PRESIDÊNCIA - Deputados:  
Silvio Dreveck  
Aldo Schneider  
Mário Marcondes  
Kennedy Nunes

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

\*\*\*\*\*

Breves Comunicações

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) - Cumprimenta os vereadores mirins da Câmara Municipal de Blumenau, presentes na Casa, enaltecendo o trabalho desenvolvido pela respectiva câmara. Comenta que na sua época de estudante as disciplinas que valorizavam o

sentimento de respeito à pátria era Educação Moral e Cívica e OSPB.

Reporta-se ao pedido de autorização do governador do estado, sr. Raimundo Colombo, referente ao projeto de lei que trata da segunda etapa do Fundam, quando o Executivo poderá tomar empréstimo de até R\$ 1,5 bilhão do BNDES e do Banco do Brasil, sendo que há previsão de destinação de R\$ 700 mil a R\$ 800 mil para os pequenos municípios, e de R\$ 3 milhões a R\$ 3,5 milhões para municípios maiores. Assim, esses recursos serão divididos entre as 295 cidades catarinenses para poderem realizar suas obras necessárias e utilizar conforme a necessidade de cada município.

Também, comenta sobre projeto que se encontra na Casa sobre as PPPs para a manutenção das rodovias em função da precariedade das mesmas. Destaca o trabalho da Autopista Litoral Sul no trecho de Florianópolis a Balneário Camboriú, que faz no dia a dia, observando os devidos reparos que a mencionada empresa realiza durante a noite ou madrugada. [Taquígrafa: Sílvia]

DEPUTADO NATALINO LÁZARE (Orador) - Demonstra preocupação com a prática da alíquota de ICMS diferenciada para os criadores de suínos nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, informando que protocolou indicação, a ser encaminhada ao governo do Estado, apelando pela igualdade das alíquotas, sob pena da perda da competitividade no setor.

Deputado José Nei Ascari (Aparteante) - Cumprimenta o deputado pela abordagem do tema e faz coro à sua preocupação, tendo em vista a importância do agronegócio para o Estado.

Deputado Maurício Eskudlark (Aparteante) - Defende a prática da alíquota única entre os estados, comentando que tem sido cobrado na sua região a esse respeito.

Deputado Antônio Aguiar (Aparteante) - Parabeniza o deputado pelo tema abordado. [Taquígrafa: Renata]

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (Oradora) - Registra que no dia 14 de maio, foi comemorado no Brasil o Dia das mães, destacando que muitos filhos tiveram a oportunidade de retribuir o amor, o afeto que muitas mulheres dedicaram a seus filhos, não importando se são mães biológicas ou adotivas.

Critica os meios de comunicação, a Revista Veja, as Lojas Marisa e as redes sociais, por estar destruindo a memória de dona Marisa Letícia, esposa já falecida do ex-presidente Lula, que foi mãe, avó e esposa dedicada e que sofreu muito antes de morrer. Avalia como jornalismo desqualificado, grotesco e que apareceu após o depoimento do ex-presidente Lula em Curitiba na Operação Lava Jato.

Finaliza ressaltando a importância do restabelecimento da democracia, a cultura da paz, do afeto e do respeito no país. [Taquígrafa: Ana Maria]

\*\*\*\*\*

**Partidos Políticos**

Partido: PT

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Orador) - Fala sobre a necessidade de agilizar a implantação do atendimento aos doentes de câncer no extremo oeste, mais precisamente em São Miguel d'Oeste.

Aponta também algumas questões importantes a respeito do Sistema Único de Saúde-SUS, que tem entre os seus princípios a atenção, a proteção e a assistência. Também ressalta que a legislação que define o SUS fala da importância das redes, do atendimento hierarquizado e regionalizado, da atenção integral e universal e da equidade, e da garantia de um tratamento de saúde digno às pessoas que não têm recursos.

Entende que a PEC 55, que congela os aumentos nos repasses de recursos à Saúde e Educação, comprometeu de forma grave tal atendimento, representando um desmonte das políticas de saúde. Também considera inadmissível que interesses de grupos privados influenciem em como o Estado define sua política de saúde.

Relata sobre a resposta ao seu pedido de informação que dirigiu à Secretaria de Saúde, detalhando o número de atendimentos e os projetos em andamento, o que confirmou a implantação do serviço de oncologia em São Miguel d'Oeste. Entretanto, lamenta que o andamento da implantação do atendimento oncológico neste município tenha sofrido atraso em razão da pressão direta e indireta de prestadores de serviço, prejudicando irreversivelmente àqueles que dependem desse tratamento para recuperar a sua saúde. Destaca que discutirá esta questão em Plenário e caso seja necessário, ingressará com as medidas judiciais cabíveis. [Taquígrafa: Sara]

Partido: PP

DEPUTADO ALTAIR SILVA (Orador) - Relata que esteve em reunião com o superintendente do Senar e o presidente da Faesc, e manifesta satisfação com as expectativas positivas do agronegócio com a realização da Expocampos, que ocorrerá em Campos Novos, no próximo final de semana.

Parabeniza a Secretaria Estadual da Agricultura, uma vez que Santa Catarina comemora dez anos de reconhecimento como zona livre de febre aftosa sem vacinação, pela Organização Mundial de Saúde Animal, ressaltando que o estado é uma referência na sanidade animal e, assim, tem conquistado o exigente mercado internacional de carnes. Destaca que a conquista é mérito dos produtores, das agroindústrias e do governo do estado.

Lembra que Santa Catarina é o maior exportador de carne suína do país e comenta a visita de uma comitiva da Coréia do Sul ao estado para tratar do comércio do produto, enfatizando que seria uma oportunidade excepcional para a economia catarinense, para os produtores rurais e para a geração de empregos. [Taquígrafa: Cristiany]

Partido: PP

DEPUTADO JOÃO AMIN (Orador) - Discorre sobre a situação precária das rodovias do sul do estado, enfatizando às péssimas condições da SC-390, entre Orleans e Lauro Müller, e o problema de deslizamento de rochas, que prejudica a economia local.

Relata que a SC-445, no trecho entre Içara e Criciúma, apresenta precariedades, mesmo com a promessa de autoridades estaduais de recuperá-la, e que a rodovia Jorge Lacerda, entre Criciúma e Forquilha, precisa de recuperação. Comenta, por meio de exibição de vídeo, a necessidade das obras de acesso aos bairros Mina do Toco, Mina do Mato, Vila Doro, Naspolini e o Lote Seis, bem como o anel viário que une a SC-108 à SC-455. Ressalta que os moradores dos referidos bairros pedem uma alça da Rodovia Arquimedes Naspoli Filho, pois atualmente o acesso é feito de forma perigosa. Comunica que fará tais reivindicações ao Deinfra e à secretaria de estado da Infraestrutura, pois se trata de vidas humanas que devem ser preservadas.

Deputado Nilso Berlanda (Aparteante) - Corrobora o discurso deputado, destacando a situação precária em que se encontram os mencionados trechos das rodovias. [Taquígrafa: Sílvia]

Partido: PSD

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Orador) - Convida os colegas deputados a participarem da 21ª Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, que acontecerá de 7 a 9 de junho, do corrente ano, em Foz do Iguaçu, no Paraná, salientando que o tema da conferência serão as grandes reformas previstas em âmbito federal.

Exibe vídeo apresentando mais uma edição do programa Gabinete na Rua, agora em Balneário Barra do Sul, sempre procurando saber quais as demandas da população local.

Deputado Nilso Berlanda (Aparteante) - Parabeniza o deputado pela iniciativa e demonstra curiosidade a respeito do programa em questão. [Taquígrafa: Renata]

Partido: PSDB

DEPUTADO MÁRIO MARCONDES (Orador) - Faz menção à aprovação na comissão de Constituição e Justiça da admissibilidade da PEC n. 003/2017, proposta de emenda constitucional, chamada PEC da autonomia, que visa compatibilizar o conteúdo da Constituição Estadual em face das alterações promovidas pelo art. n. 166, da Constituição Federal, que prestigia as emendas parlamentares, com ênfase às destinadas à área da saúde. Destacando que na prática vai permitir aos deputados mais independência ao Poder Legislativo, para atender as demandas que chegam através de prefeitos e vereadores sem depender da boa vontade dos governadores.

Encerra dizendo que o Parlamento Catarinense tem que ocupar efetivamente o seu papel no Poder Legislativo, e que é necessário progresso contínuo, com a aprovação desta PEC, cada deputado poderá discutir com seus eleitores o destino de suas emendas parlamentares.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER

(Presidente) - Suspende a sessão até o início da Ordem do Dia. [Taquígrafa: Ana Maria]

\*\*\*\*\*

Ordem do Dia

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Presidente) - Reabre a sessão e dá início à Ordem do Dia.

Votação da Redação Final do Projeto de Lei n. 0022/2017.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da Redação Final do Projeto de Lei n. 0085/2017.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da Redação Final do Projeto de Lei n. 0089/2016.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da Redação Final do Projeto de Lei n. 0101/2017.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da Redação Final do Projeto de Lei n. 0349/2016.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0090/2017, de autoria do

Governador do Estado, que altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019, aprovado pela Lei nº 16.859, de 2015.

Conta com parecer favorável da comissão de Finanças e Tributação.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados: Mauro de Nadal e Milton Hobus.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único da Admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição n. 0002/2017, de autoria do deputado João Amin e outro(s), que dá nova redação ao art. 13, § 5º da Constituição do Estado de Santa Catarina, para vedar a alienação superior a quarenta e nove por cento das ações ordinárias da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento S.A. (CASAN), que implique em troca do controle acionária da Companhia.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados: João Amin, Fernando Coruja, Dirceu Dresch, Milton Hobus, Darci de Matos, Nilson Gonçalves e Maurício Eskudlark.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0050/2017, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a doação de imóvel no Município de Xaxim. (regularização da unidade básica de saúde)

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado. [Taquígrafa: Sara]

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0067/2017, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a doação de imóvel no município de Rio do Campo para instalação de creche municipal.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0121/2017, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera o Anexo Único da Lei nº 16.733, de 2015, que "Consolida as Leis que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina", para dar nova denominação à Associação dos Deficientes Educáveis e Síndrome de Down (Adesd), de Joinville.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0122/2017, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera o Anexo Único da Lei nº 16.733, de 2015, que "Consolida as Leis que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina", para

dar nova denominação à Irmandade do Divino Espírito Santo e Asilo de Órfãos São Vicente de Paula, de Florianópolis.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0123/2017, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera o Anexo Único da Lei nº 16.733, de 2015, que "Consolida as Leis que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina", para dar nova denominação à Sociedade Alfa Gente, de Florianópolis.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0132/2017, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera o Anexo Único da Lei nº 16.733, de 2015, que "Consolida as Leis que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina", para dar nova denominação à Associação para Integração Social de Crianças e Adolescentes Especiais, de Joinville.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0139/2017, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera o Anexo Único da Lei nº 16.733, de 2015, que "Consolida as Leis que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina", para dar nova denominação ao Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS (GAPA), de Chapecó.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0072/2017, de autoria do deputado Valdir Cobalchini, que denomina Luiz Henrique da Silveira a Rodovia do Contorno Viário Leste de Xanxerê/SC, trecho compreendido entre a Rodovia Estadual SCT-480 e a Rodovia Federal BR-282, com extensão de 7,856 km.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0106/2017, de autoria do deputado Altair Silva e outros, que concede Título de Cidadão Catarinense ao sr. Luciano José Buligon.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o autor, deputado Altair Silva.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0193/2016, de autoria do deputado Gean Loureiro, que declara integrante do patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado de Santa Catarina a Associação Coral de Florianópolis.

Ao projeto foi acrescentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0277/2016, de autoria do deputado Natalino Lázare, que altera o Anexo I da Lei nº 16.720, de 2015, que "Consolida as Leis que dispõem sobre denominação de bens públicos no âmbito do Estado de Santa Catarina", para denominar Cesar Martorano o trecho da SC-114 entre o acesso municipal à Vila Boava e a divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Ao projeto foi acrescentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0459/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro, que dispõe sobre a obrigatoriedade de os postos de combustíveis de Santa Catarina informarem aos consumidores se a gasolina comercializada é formulada ou refinada.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia; e de Direitos Humanos.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados: Fernando Coruja e Nilso Berlanda.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado. [Taquígrafa: Cristiany]

Pedido de Informação n. 0043/2017, de autoria do deputado João Amin, a ser enviado ao secretário de Segurança Pública, solicitando informações a respeito da existência de diversos carros em péssimo estado de conservação, depositados em frente à Central de Polícia da Capital.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0044/2017, de autoria do deputado Kennedy Nunes, a ser enviado ao secretário de Administração, solicitando informações sobre os imóveis de propriedade do governo que estão inutilizados, sofrendo deterioração e ação dos vândalos, situados no município de Joinville.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0045/2017, de autoria do deputado João Amin, a ser enviado ao secretário de Saúde, solicitando informações a respeito de hospitais com atendimento pediátrico, públicos e privados, que efetivamente possuem brinquedotecas instaladas.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0046/2017, de autoria do deputado João Amin, a ser enviado ao secretário de Segurança Pública, solicitando informações referentes aos indicadores de criminalidade por município e alocação dos novos policiais militares, considerando a recente chamada.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0047/2017, de autoria do deputado João Amin, a ser enviado ao secretário de Desenvolvimento Econômico Sustentável, solicitando informações a respeito da situação atual das obras para construção dos Centros de Inovação.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0074/2017, de autoria da deputada Ana Paula de Lima, a ser enviada à Escola de Educação Básica Professora Júlia Miranda de Souza, manifestando aplausos pela passagem dos seus 70 anos de fundação.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0075/2017, de autoria do deputado Milton Hobus, a ser enviado ao PM Nasareno Luis Ferreira Júnior, manifestando aplausos por sua atuação de perseguição e abordagem, em Florianópolis.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o autor, deputado Milton Hobus.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0076/2017, de autoria do deputado Milton Hobus, a ser enviado ao Bombeiro Voluntário Fabrício Iaginski, manifestando aplausos por sua atuação com êxito, no município de Presidente Getúlio.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Requerimento n. 0458/2017, de autoria do deputado João Amin, solicitando ao presidente do Deinfra, informações acerca da realização do alargamento e pavimentação asfáltica do acesso à Angelina, na SC- 281, entre os municípios de São Pedro de Alcântara até Angelina.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0472/2017, de autoria da Bancada do PMDB, que solicita o envio de mensagem ao governador do estado, requerendo a retirada do regime de urgência, previsto nos art. n.s: 215 e 216 do Rialec, do

Projeto de Lei Complementar n. 0007/2017, tendo em vista já estar ultrapassado o prazo de 45 dias para deliberação da matéria no referido regime.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s.: 0455/2017, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0456/2017 e 0457/2017, de autoria do deputado José Nei Ascari; 0459/2017, 0460/2017, 0461/2017, 0462/2017, 0463/2017, 0464/2017 e 0465/2017, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0466/2017, de autoria do deputado Patrício Destro; 0470/17 de autoria do deputado Dirceu Dresch; e, 0471/2017, de autoria do deputado Mário Marcondes.

Comunica, outrossim, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s.: 0325/2017, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0326/2017, de autoria do deputado José Nei Ascari; 0327/2017, de autoria do deputado Altair Silva; 0328/2017, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0329/2017, de autoria do deputado Patrício Destro; 0330/2017, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0331/2017, de autoria do deputado Mário Marcondes; e 0332/2017, deputado Natalino Lázare.

Antes de passarmos ao horário destinado à Explicação Pessoal, esta Presidência comunica a todos os srs. parlamentares e líderes, que conforme acordo tanto dos líderes das bancadas quando do acordo para deliberação dos vetos e que, na sequência, seriam deliberados os projetos em regime de urgência na Casa, portanto, amanhã, nós teremos na pauta da Ordem do Dia o Projeto de Lei n. 574, de 2015, de autoria do governo do estado, que institui o fundo garantidor das Parcerias Públicas Privadas de Santa Catarina e estabelece outras providências. E, também, o Projeto de Lei n. 541, de 2015, que institui o marco regulatório

dos programas de Parcerias Público Privadas no âmbito do estado de Santa Catarina e estabelece outras providências. E, ainda, o Projeto de Lei n. 531, que trata da alteração da Lei n. 13.334, a qual institui o Fundo Social.

Portanto, srs. deputados, diante do que foi acordado essa é pauta para o dia de amanhã.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

[Taquígrafa: Sílvia]

\*\*\*\*\*

#### Explicação Pessoal

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (Orador)

- Questiona o Projeto de Lei n. 0147/2017, que o governo estadual encaminhou à Assembleia Legislativa e que possibilitará a realização da segunda etapa do Fundo Estadual de Apoio aos Municípios - Fundam 2 -, que visa investimentos como a reforma da Ponte Hercílio Luz e a recuperação de rodovias.

De acordo com a proposta, o Executivo poderá tomar emprestado até R\$ 1,5 bilhão, enfatizando que tal projeto deve ser muito bem analisado, tendo em vista os altos juros. [Taquígrafa: Renata]

DEPUTADO CESAR VALDUGA (Orador)

- Registra que em data anterior, foi comemorado o Dia dos Assistentes Sociais, parabeniza a todos dizendo que são profissionais que humanizam o atendimento e buscam melhorias nas condições de vida do povo mais sofrido.

Também cumprimenta todas as trabalhadoras e trabalhadores do asseio, limpeza e conservação, que comemoram o seu dia na presente data, comunicando que serão homenageados às 19h, no Plenarinho Paulo Stuart Wright. Convida todos os colegas parlamentares para prestigiarem o evento e o pessoal que cuida da limpeza da Alesc, e que os considera indispensáveis e de grande importância nas repartições privadas e órgãos públicos, pela manutenção e conservação no dia a dia de cada instituição e de cada órgão público.

Finaliza dizendo que é preciso valorizar a dedicação das pessoas que ajudam a tornar a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, mais acolhedora, limpa e aconchegante. [Taquígrafa: Ana Maria]

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI

(Orador) - Fala sobre os recursos do Fundam, que são transferidos democraticamente aos municípios, e que agora, pela proposta do

governo, também serão liberados para a conclusão da restauração da Ponte Hercílio Luz. Ressalta que, além de ser um dos cartões postais mais importantes de Santa Catarina, também será aberta ao tráfego, com a possibilidade de suportar até 20% do total de veículos que transitam nas demais pontes. Considera essa uma informação das mais importantes, porque certamente vai melhorar a mobilidade urbana da capital.

Menciona um projeto de lei encaminhado pelo Executivo, que foi discutido na presente data na Comissão de Justiça, que atribui à Suderf - Superintendência da Região Metropolitana -, competências que hoje pertencem a várias estruturas do governo, transformando-a numa supersecretaria com apenas três servidores, projeto esse que foi encaminhado em regime de urgência.

Pondera junto ao governo por mais tempo para um debate, retirando o regime de urgência, e apelando ao bom senso por considerar importante a realização de audiências públicas e a adequada tramitação nas devidas comissões. Lamenta que o exemplo do governador Raimundo Colombo, um homem de diálogo, não seja seguido dentro da estrutura do governo, e teme pelo desempenho desta estrutura com três pessoas, que muito provavelmente serão substituídas no próximo ano, alertando que este não é o momento adequado para o Parlamento deliberar sobre um assunto de tamanha magnitude. [Taquígrafa: Sara]

DEPUTADO SERAFIM VENZON (Orador) -

Aborda a questão da dificuldade que têm os prefeitos, principalmente dos pequenos municípios do estado, com relação à burocracia das licitações para compra de materiais, especialmente remédios. Defende a discussão da chamada "carona de preço", em que a prefeitura busca o registro de preço da ata de registro de concorrências ocorridas em outras cidades, podendo, assim, comprar produtos de boa qualidade por preços muito menores do que aqueles que se consegue em uma licitação, e também diminuindo o prazo de entrega.

DEPUTADO MÁRIO MARCONDES

(Presidente) - Não havendo mais oradores a fazer uso da palavra, encerra a sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental. [Taquígrafa: Cristiany].

# ATA DA 041ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2017

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO SILVIO DREVECK

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Silva - Ana Paula Lima - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mário Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cocalchini.

PRESIDÊNCIA - Deputados:

Silvio Dreveck

Aldo Schneider

Kennedy Nunes

Ana Paula Lima

DEPUTADO KENNEDY NUNES

(Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão

anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

\*\*\*\*\*

#### Breves Comunicações

DEPUTADO NATALINO LÁZARE (Orador)

- Discorre sobre o papel do parlamentar, que é representar a população catarinense, buscando a melhoria de qualidade de vida do povo.

Faz referência à visita do dr. Glauco Côrte, presidente da Fiesc, na Casa Legislativa, ao apresentar o relatório da indústria do estado no ano anterior, com números animadores a respeito do setor produtivo catarinense.

Registra o crescimento do agronegócio catarinense, sendo que a região oeste mostra sua vocação empreendedora, que é a de produzir alimentos, processar matéria prima para o país e o mundo. Destaca o modelo dos negócios agropecuários e de integração, devido o sistema cooperativo, mencionando que é modelo para o Brasil. Enfatiza que o produtor catarinense deve ser valorizado, porque desenvolve um trabalho com qualidade, desenvolve um modelo agropecuário inovador

com uso de tecnologia e acredita que é o caminho do futuro, mencionando que ainda não se produz todo o leite que o Brasil consome, bem como a produção de fruticultura.

[Taquígrafa: Sílvia]

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) - Parabeniza o deputado Natalino Lázare, pelo tema do pronunciamento.

Comenta que recebe diariamente em seu gabinete várias lideranças de diversas cidades do estado, que procuram apoio e parceria com os deputados, e também que na presente data, os municípios de Biguaçu e Dona Emma, estão fazendo aniversário de fundação, felicita os prefeitos, vereadores e toda a população.

Comunica que foi convidado para representar o presidente da Casa, a participar da abertura do XII Congresso Nacional de Direito da UFSC, destacando que é o maior congresso de direito gratuito do Brasil, com a presença de várias autoridades, ressaltando mais uma ação importante da UFSC no estado e Brasil.

Menciona a visita de Ricardo Testoni, que apresentou o projeto Centro de Artes e Esportes Unificado do Município de Navegantes, reconhecendo o trabalho fantástico realizado em um bairro que já foi problemático com relação à questão de drogas, e que quando adotada uma área pública, foi transformada com várias escolas que oferecem oficinas de artes e esportes, para crianças carentes da cidade. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Orador) - Fala sobre dois importantes projetos desenvolvidos no município de Fraiburgo, tendo em vista a inclusão social de jovens de comunidades carentes, parabenizando os seus dirigentes Luiz Coelho, Jilson Carlos Souza, João Ademir Cancelier e Emerson de Souza, por tão importante trabalho.

Destaca que 505 estudantes, de 15 estados, participaram do Campeonato Brasileiro de Karatê-Do e que Santa Catarina participou com 12 estudantes da Associação RAIACHI RA Vital/Projeto Karatê-Do Cidadão do Futuro, que conquistaram 16 medalhas.

Também menciona o trabalho da APAFEC-Associação Paulo Freire de Educação Popular, que através de suas ações educacionais inclui mais de 350 crianças, adolescentes, jovens e adultos. Ressalta que a entidade também mantém a Biblioteca Comunitária Alisson Zonta, que desenvolve projetos de artesanato, cultura e inclusão digital.

Destaca que tais iniciativas são conduzidas por um grupo de pessoas da comunidade de todas as idades, e entende que poderiam ser desenvolvidas pelo governo, pois representam uma perspectiva diferente de vida para os jovens daquele município. *[Taquígrafa: Sara]*

DEPUTADO CESAR VALDUGA (Orador) - Cumprimenta os representantes da Uvesc presentes no plenário e parabeniza-os pelo trabalho que desenvolvem atualizando os vereadores catarinenses. Também registra que no dia 16 de maio comemora-se o Dia dos Empregados na Área de Asseio e Conservação, enfatizando que são imprescindíveis nas empresas e em todos os órgãos do governo.

Faz o registro da passagem do Dia Internacional de Luta contra a LGBTfobia. Comenta a negação do acesso a direitos básicos para a população LGBT e entende inadmissível o alto número de mortes que atinge tais pessoas. Destaca a importância da audiência pública ocorrida na comissão dos Direitos Humanos da Casa, na presente data, em apoio à resolução do Conselho Federal de Psicologia que normatiza o atendimento a pessoas LGBT em sofrimento, entendendo que o Parlamento não pode ficar inerte frente ao problema. *[Taquígrafa: Cristiany]*

#### Partidos Políticos

Partido: PSD

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Orador) - Reporta-se ao PL n. 152/2017, de sua autoria, que objetiva proibir a retenção do veículo quando não estiver em dia com o estado o IPVA. Faz um paralelo de que quem não paga o IPTU, vai para dívida ativa; e, no caso do ICMS, fica sem a certidão negativa.

Discorre sobre a constitucionalidade do referido projeto, mesmo tendo sido alertado de que os guincheiros não vão gostar, citando algumas súmulas do STF em relação à cobrança de tributos, que demonstram a inadmissibilidade da cobrança de tributos.

Comenta que no estado do Maranhão, amigo seu, apresentou projeto semelhante e recebeu o apoio da Ordem dos Advogados do referido estado, assim, espera que os srs. parlamentares da Casa aprovelem o mencionado projeto, pois terão a oportunidade de discutir o assunto, com o item da legalidade. Cita a justificativa do projeto, que é diferenciar os termos: licenciado, registrado e imposto atrasado. *[Taquígrafa: Sílvia]*

Partido: PR

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Orador) - Defende uma reforma urgente das leis trabalhistas, sob pena de aumentar o desemprego.

Salienta que as mudanças ocorridas até o presente momento não trouxeram nenhum prejuízo à classe trabalhadora, apenas proporcionaram aos empresários uma maior flexibilização quando da contratação de funcionários, já que o empregador, principalmente o pequeno empresário, tem medo de efetuar admissões tendo em vista o alto número de ações trabalhistas registradas no país.

Deputado Maurício Eskudlark (Aparteante) - Corroborar o tema ora suscitado, frisando que o empresário tem muito medo de gerar emprego e acabar contraindo uma grande dívida trabalhista.

Deputado Manoel Mota (Aparteante) - Defende a reforma trabalhista para que os empresários possam ter um respiro. *[Taquígrafa: Renata]*

Partido: PT

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (Oradora) - Discorda da fala dos nobres deputados que a antecederam, principalmente a do deputado Nilso Berlanda, com relação ao tema da Reforma Trabalhista, acrescentando que se os empresários pagassem conforme determina a lei, não haveria ação dos trabalhadores na Justiça do Trabalho. Diz também que não discorda que as leis trabalhistas precisam ser modernizadas, mas não desta forma como está sendo colocada atualmente, porque vai retirar direitos e penalizar o povo brasileiro.

Ressalta vários retrocessos apresentados no mandato do atual presidente, como o congelamento de gastos públicos, desmonte dos programas sociais, término da farmácia popular, fechamento de várias agências de bancos públicos, as reformas da Previdência Social e Trabalhista, enfim, o presidente interino está fazendo um desmonte de várias conquistas principalmente das pessoas mais humildes.

Encerra dizendo que vai continuar denunciando o que está acontecendo no Brasil e alertar a população sobre o que se perderá se Michel Temer continuar como presidente do Brasil.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Suspende a sessão, por até dez minutos, para que possa usar a tribuna, o sr. Nelson Virtuoso, prefeito da cidade de Presidente Getúlio, juntamente com a rainha e princesas, para divulgar a 21ª Expofeira Estadual do Leite, que realizar-se-á entre os dias 31 de maio a quatro de junho, na cidade de Presidente Getúlio. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Reabre a sessão e dá continuidade ao horário destinado aos Partidos Políticos.

Partido: PSDB

DEPUTADO SERAFIM VENZON (Orador) - Fala sobre a comemoração da Semana da Família, especificamente o dia 15 do corrente mês, que é o Dia Internacional da Família, ressaltando que é a instituição mais forte e mais importante de toda sociedade. Lamenta que esta seja uma época de desmoronamento de todas as instituições, inclusive da família.

Destaca que as crianças são o principal fruto das famílias, a quem são transferidos os conceitos, valores morais e éticos, de geração para geração através dos pais, e que são também a parte mais vulnerável das mesmas.

Registra que no dia 18 de maio é comemorado o Dia Nacional do Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, e declara que a sociedade está se mobilizando para coibir tais atos na medida em que as estatísticas provam o aumento do número de casos de crianças molestadas. Também os casos de negligência e violência psicológica têm sido denunciados, mas ressalta que os números são apenas a ponta de iceberg, e que a realidade é muito mais grave.

Neste sentido, em 1988, a pedido da deputada federal Rita Camata, foi instituído o Dia Nacional de Luta, reafirmando a responsabilidade do Poder Público e da sociedade

brasileira em garantir os direitos de todas as suas crianças. Cita também o Estatuto da Criança e do Adolescente, que preconiza que nenhuma criança e adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão, punindo na forma da lei qualquer atentado por ação ou omissão de seus direitos fundamentais.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Suspende a sessão até o início da Ordem do Dia. *[Taquígrafa: Sara]*

\*\*\*\*\*

#### Ordem do Dia

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Presidente) - Reabre a sessão e dá início à Ordem do Dia. Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0531/2015, de autoria do governo do estado, que altera o art. 8º da Lei n. 13.334, de 2005, que institui o Fundo Social destinado a financiar apoio à inclusão e promoção social na forma do art. 204 da Constituição e estabelece outras providências.

Ao projeto foi apresentada Emenda Substitutiva Global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados: Fernando Coruja, Dirceu Dresch, Luciane Carminatti, Darci de Matos, João Amin, Milton Hobus, José Nei Ascari, José Milton Scheffer, Dóia Guglielmi e Mauro Nadal.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado, com o encaminhamento do Partido dos Trabalhadores pela abstenção.

*[Taquígrafa: Cristiany]*

Conforme acordado, pela solicitação do deputado Fernando Coruja, o Projeto de Lei n. 0541/2015 carece da manifestação do relatório verbal do deputado Darci de Matos, líder do governo.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, atendo a proposição de v. exa., faço o relatório do Projeto de Lei n. 0541/2015, uma vez que não tem relatório na comissão de Constituição e Justiça, não tramitou após quase um ano ter dado entrada nesta Casa. Este projeto institui o marco regulatório dos programas de parcerias público-privadas - PPPs - no âmbito de Santa Catarina e estabelece outras providências. Este projeto está, pura e simplesmente, adequando a Lei nº 12.930, de fevereiro de 2004. Nós já temos a Lei das Parcerias em Santa Catarina. Muitos dos deputados que já estavam aqui votaram a Lei das PPPs no âmbito do estado de Santa Catarina. Já temos essa Lei. Ela não é nova e está sendo adequada à Lei Federal nº 11.079, que foi aprovada em dezembro de 2004. Portanto, este projeto de lei está propondo uma adequação à Lei federal.

Ora, o projeto de lei está calçado na promulgação da Lei das PPPs no Brasil, e, portanto, não temos dúvidas da sua constitucionalidade. Ela é evidente. O projeto foi elaborado calçado em parâmetros do estado. Portanto, o Executivo tem a prerrogativa única de instituir órgãos ou função de interesse administrativo. O projeto está com base no Regimento. No projeto, foram respeitados os aspectos das técnicas legislativas. Todos os aspectos que a comissão de Justiça teria que atender, e não o fez lamentavelmente, o projeto está respeitando. Portanto, o projeto tem fundamento legal. O meu relatório verbal é pela aprovação do projeto. E, posteriormente, vamos discutir alongadamente o mérito deste projeto.

Era o que tinha a dizer, sr. presidente.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Presidente) - Obrigado, deputado Darci de Matos.

Conforme orientação da assessoria, discutiremos o Projeto de Lei n. 0541/2015 e depois encaminharemos os requerimentos do deputado Fernando Coruja.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0541/2015, de autoria do governador do estado, que institui o marco regulatório dos programas de parcerias público-privadas no âmbito do estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados: Fernando Coruja, Milton Hobus, Marcos Vieira, Darci de Matos.

Agora, deliberaremos os requerimentos do deputado Fernando Coruja.

Discussão e votação em turno único do Requerimento n. 05, de autoria do deputado Fernando Coruja, que solicita a votação em separado do Inciso VI do parágrafo 2º do artigo 5º do PL 0541/2015, que institui o marco o marco regulatório dos programas de parcerias público-privadas no âmbito do estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados: Fernando Coruja, Milton Hobus, Kennedy Nunes, José Milton Scheffer, Darci de Matos e Ana Paula Lima.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o inciso, e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR SILVA	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CESAR VALDUGA	sim
DEPUTADO CLEITON SALVARO	sim
DEPUTADO DALMO CLARO	abstenção
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	não
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	não

DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	
DEPUTADO MILTON HOBUS	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO NILSO BERLANDA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	sim
DEPUTADO RICARDO GUIDI	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	não

Está encerrada a votação.

Votaram 32 srs. deputados.

Temos 21 votos "sim", dez votos "não" e uma abstenção.

Está mantido o inciso.

Discussão e votação em turno único do Requerimento n. 06, de autoria do deputado Fernando Coruja, que solicita a votação em separado do Inciso II do caput do artigo 5º do PL 0541/2015, que institui o marco o marco regulatório dos programas de parcerias público-privadas no âmbito do estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados: Fernando Coruja, Darci de Matos, Kennedy Nunes e Dirceu Dresch.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o inciso, e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR SILVA	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CESAR VALDUGA	sim
DEPUTADO CLEITON SALVARO	sim
DEPUTADO DALMO CLARO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	não
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	não
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MILTON HOBUS	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO NILSO BERLANDA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	sim
DEPUTADO RICARDO GUIDI	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	não

Está encerrada a votação.

Votaram 34 srs. deputados.

Temos 24 votos "sim", dez votos "não" e nenhuma abstenção.

Está mantido o inciso.

Discussão e votação em turno único do Requerimento n. 08, de autoria do deputado Fernando Coruja, que solicita a votação em separado do Inciso III do parágrafo 2º do artigo 5º do PL 0541/2015, que institui o marco o marco regulatório dos programas de parcerias público-privadas no âmbito do estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados: Fernando Coruja, Kennedy Nunes, José Milton Scheffer, Darci de Matos e Dirceu Dresch.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o inciso, e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR SILVA	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CESAR VALDUGA	sim
DEPUTADO CLEITON SALVARO	sim
DEPUTADO DALMO CLARO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	não
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	não
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MILTON HOBUS	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO NILSO BERLANDA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	sim
DEPUTADO RICARDO GUIDI	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	não

Está encerrada a votação.

Votaram 33 srs. deputados.

Temos 24 votos "sim", nove votos "não" e nenhuma abstenção.

Está mantido o inciso.

Discussão e votação em turno único do Requerimento n. 07, de autoria do deputado Fernando Coruja, que solicita a votação em separado do Inciso IV do caput do artigo 5º do PL 0541/2015, que institui o marco o marco regulatório dos programas de parcerias público-privadas no âmbito do estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados: Fernando Coruja, Marcos Vieira, Kennedy Nunes e Darci de Matos.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o inciso, e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR SILVA	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CESAR VALDUGA	sim
DEPUTADO CLEITON SALVARO	sim
DEPUTADO DALMO CLARO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	não
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	não
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não

DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MILTON HOBUS	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO NILSO BERLANDA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	sim
DEPUTADO RICARDO GUIDI	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	não

Está encerrada a votação.

Votaram 34 srs. deputados.

Temos 24 votos "sim", dez votos "não" e nenhuma abstenção.

Está mantido o inciso.

Discussão e votação em turno único do Requerimento n. 08, de autoria do deputado Fernando Coruja, que solicita a votação em separado do Inciso III do parágrafo 2º do artigo 5º do PL 0541/2015, que institui o marco o marco regulatório dos programas de parcerias público-privadas no âmbito do estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados: Fernando Coruja, Kennedy Nunes, José Milton Scheffer, Darci de Matos e Dirceu Dresch.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o inciso, e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR SILVA	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CESAR VALDUGA	sim
DEPUTADO CLEITON SALVARO	sim
DEPUTADO DALMO CLARO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	não
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	não
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MILTON HOBUS	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO NILSO BERLANDA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	sim
DEPUTADO RICARDO GUIDI	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	não

Está encerrada a votação.

Votaram 33 srs. deputados.

Temos 24 votos "sim", nove votos "não" e nenhuma abstenção.

Está mantido o inciso.

Discussão e votação em turno único do Requerimento n. 07, de autoria do deputado Fernando Coruja, que solicita a votação em separado do Inciso IV do caput do artigo 5º do PL 0541/2015, que institui o marco o marco regulatório dos programas de parcerias público-privadas no âmbito do estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados: Fernando Coruja, Marcos Vieira, Kennedy Nunes e Darci de Matos.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o inciso, e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR SILVA	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CESAR VALDUGA	sim
DEPUTADO CLEITON SALVARO	sim
DEPUTADO DALMO CLARO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	não
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	não
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MILTON HOBUS	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO NILSO BERLANDA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	sim
DEPUTADO RICARDO GUIDI	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	não

Está encerrada a votação.

Votaram 34 srs. deputados.

Temos 23 votos "sim", 11 votos "não" e nenhuma abstenção.

Está mantido o inciso.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0541/2015, de autoria do

governador do estado, que institui o marco o marco regulatório dos programas de parcerias público-privadas no âmbito do estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados: Fernando Coruja, Altair Silva, Marcos Vieira, Mário Marcondes, Milton Hobus, José Milton Scheffer, Dóia Guglielmi, Jean Kuhlmann, Darci de Matos, Dirceu Dresch e Luciane Carminatti.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR SILVA	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CESAR VALDUGA	sim
DEPUTADO CLEITON SALVARO	sim

DEPUTADO DALMO CLARO	sim	DEPUTADO NEODI SARETTA	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim	DEPUTADO NILSON BERLANDA	
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim	DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não	DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	não	DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	sim
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	não	DEPUTADO RICARDO GUIDI	sim
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	sim	DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO		DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim	DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim	DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim	DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim		
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim	Está encerrada a votação.	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim	Votaram 32 srs. deputados.	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não	Temos 24 votos "sim", oito votos	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim	"não" e nenhuma abstenção.	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não	Está aprovado o Projeto de Lei	
DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	não	0541/2015.	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim	Finda a pauta da Ordem do Dia.	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim	Esta Presidência, por término do	
DEPUTADO MILTON HOBUS	sim	horário regimental, encerra a presente	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim	sessão, convocando outra, ordinária, para o	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim	dia subsequente à hora regimental. [Taquígrafa: Cristiany].	

# ATA DA 042ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 2017

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO SILVIO DREVECK

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Silva - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Darcy de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Gabriel Ribeiro - Ismael dos Santos - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mário Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini.

PRESIDÊNCIA - Deputados:

Silvio Dreveck  
Mário Marcondes  
Maurício Eskudlark

DEPUTADO SILVIO DREVECK

(Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

\*\*\*\*\*

#### Breves Comunicações

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (Orador) - Procede à leitura de artigo fazendo um contraponto à outra matéria em relação à liberação da maconha, ambos publicados na revista Veja, destacando que condena o uso da droga por considerar indissociável o vício e a violência.

Registra que o Superior Tribunal de Justiça decidiu, por maioria, legitimar o confisco dos bens do Narcotráfico.

Faz menção aos últimos acontecimentos políticos ocorridos no Brasil, referindo-se às denúncias de delação do dono da JBS, considerando-as um triste episódio para o povo brasileiro e destacando que o DNA da corrupção está presente em todos os partidos políticos, devendo ser combatido.

Ressalta que defende o parlamentarismo por considerar a única forma de valorização do voto. [Taquígrafa: Renata]

DEPUTADO MÁRIO MARCONDES (Orador) - Corroborar com o pronunciamento do deputado Ismael dos Santos, quando fala que a corrupção está no DNA do ser humano.

Comenta o projeto que trata das parcerias públicas privadas, PPPs, que tramita para aprovação nesta Casa, criticando o formato como o projeto foi apresentado para votação, salientando que ficou tempo parado nas comissões para avaliação, e que houve

falta de conhecimento, de leitura do conteúdo por muitos deputados. Espera que a lei que foi aprovada e que a próxima do Fundo Garantidor que será também discutida e, votada em data subsequente, não seja mais uma a não ser colocada em prática, citando como exemplo, a SC-Parcerias que existe há mais de uma década, tem estrutura, aparato técnico e custo governamental, e que até então não se teve notícia de contrato realizado com parceria pública privada em Santa Catarina.

Finaliza esclarecendo que votou contrário não ao mérito da lei, mas sim a forma como foi elaborada, mencionando que precisamos de atendimento à população, com clareza, dignidade e transparência, só assim teremos uma sociedade equilibrada. [Taquígrafa: Ana Maria]

DEPUTADO CESAR VALDUGA (Orador) - Registra que no dia 16 de maio foi comemorado o Dia dos Trabalhadores e Trabalhadoras no Asseio e Conservação, cumprimentando a todos aqueles que desempenham a atividade na Casa, bem como nos demais órgãos do governo do estado e outras empresas, considerando-os imprescindíveis para o bom andamento dos trabalhos nesses locais.

Fala que no dia anterior o Brasil foi surpreendido pelas gravíssimas denúncias vinculadas pela imprensa contra Michel Temer e Aécio Neves. Ressalta que a revolta que já tomava conta da população diante da dramática situação econômica, das reformas feitas para liquidar direitos históricos e da entrega do patrimônio nacional, exige respostas imediatas por parte das forças democráticas e comprometidas com o país.

Considera que o governo Temer, oriundo de um golpe de estado, não pode continuar, afirmando que a única forma de colocar o Brasil nos trilhos do desenvolvimento, devolvendo a esperança ao povo brasileiro, é a realização de eleições diretas. Reforça a importância de devolver a palavra à população para que ela, de forma livre e soberana, aponte os rumos que o país deve tomar. Declara que o PCdoB vai lutar por isso no Parlamento e nas ruas, buscando a unidade das forças democráticas para restaurar a economia, a geração de emprego e renda, a Saúde e a Educação dos brasileiros.

Cita as ponderações do deputado Ismael dos Santos, apoiando-as, pois o

Parlamento não pode deixar de exercer as suas prerrogativas e fortalecer cada vez mais o debate no campo das ideias.

Registra a presença do presidente do FCDL distrital, do Vale do Rio do Peixe, que visita o plenário juntamente outros participantes do encontro da instituição que acontece na capital. [Taquígrafa: Sara]

DEPUTADO RODRIGO MINOTTO (Orador) - Comenta seu sentimento de indignação a respeito das delações da operação Lava Jato, relacionadas ao governo Temer.

Discorre sobre a reforma da Previdência, enfatizando o interesse do sistema financeiro bancário, principalmente dos bancos Bradesco e Itaú, com a finalidade de obter lucros cada vez maiores. Salienta que o tema da PEC n. 287/2016, fere o princípio consagrado pela Constituição Federal, de 1988, pois a seguridade social visa dar um tratamento igualitário aos mais pobres. Destaca que o argumento de déficit na Previdência é inadmissível, pois o governo deveria cobrar as dívidas das empresas para com o INSS, que somam cerca R\$ 500 bilhões ao ano, bem como as receitas de 2015 totalizaram R\$ 694 bilhões e as despesas R\$ 683 bilhões, um superávit de R\$ 11 bilhões, enquanto que as renúncias fiscais lesaram os cofres da previdência em R\$ 110 bilhões.

Por fim, enfatiza que a referida reforma descaracteriza seu conceito, pois incidirá negativamente sobre um universo de cerca de 6,2 milhões de pessoas no setor público, às pessoas que recebem benefícios como, pensões, auxílio-moradia, salário-maternidade, bolsa-família e seguro-desemprego. [Taquígrafa: Sílvia]

\*\*\*\*\*

#### Partidos Políticos

Partido: PR

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) - Refere-se às ações ocorridas, no Brasil, nas últimas horas em relação à operação de investigação da Lava Jato contra a corrupção, demonstrando seu sentimento de indignação e, de certa forma, diz que os brasileiros já estão anestesiados com as denúncias de abusos e irregularidades.

Enfatiza que a emissora considerada golpista ao fazer a revelação, desmistifica que a referida operação é contra a corrupção no país, destacando o crescimento no governo de



Lula, quando até para colocar quatro paralelepípedos ocorria o pagamento de propina. Também, demonstra sua aversão com o senador Acácio de Neves ao praticar corrupção para se defender de seus erros, ou seja, pratica ato ilícito e envolve a própria família.

Ressalta a necessidade de se fazer uma faxina geral no país e acredita que a mudança se faz com a participação da sociedade, com pessoas do bem que querem um Brasil melhor.

Reporta-se ao trabalho do professor municipal de Navegantes, Ricardo Testoni, no Centro de Artes e Esportes Unificado, mostrando que com poucos recursos pode-se fazer muito para a população carente, enfatizando que o referido trabalho merece investimentos do estado e do mencionado município. [Taquígrafa: *Sílvia*]

Partido: PMDB

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (Orador)

- Registra o lançamento do Fundam - Fundo de Apoio aos Municípios -, na data anterior, na cidade de Mafra, que contou com a presença do governador do Estado, do deputado Gabriel Ribeiro e demais autoridades, enaltecendo o evento e agradecendo ao sr. governador pela atenção dada a todos os municípios catarinenses, em especial aos do Planalto Norte.

Destaca, ainda, também da data anterior, ter participado da abertura da 10ª edição dos Jogos Abertos da Terceira Idade - Jasti -, agradecendo ao prefeito de Blumenau, Napoleão Bernardes, pela bonita recepção aos idosos e às autoridades presentes.

Deputado Darci de Matos (Aparteante) - Parabeniza o deputado pelo trabalho realizado em prol da terceira idade, enfatizando a importância do segmento. [Taquígrafa: *Renata*]

Partido: PT

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (Oradora)

- Discorda do pronunciamento do deputado Maurício Eskudlark, com relação ao tema corrupção.

Acredita que na presente data o Brasil acordou estarecido pelo que está acontecendo na política brasileira, não está feliz, mas sim muito preocupada com a situação, registrando que o país precisa de justiça, o que está em jogo é a criminalização da política, quando no ano anterior, a ex-presidente Dilma Rousseff sofreu um golpe e Michel Temer assumiu como presidente, alertando que o Congresso Nacional está contaminado de picaretas, que não estão defendendo o povo, está presente só para fazer negócios, e qualquer projeto que tramita na

Casa é negociado o voto, para passar as mudanças referentes às reformas da Previdência Social e a Trabalhista.

Agradece ao desconhecido, Joesley Batista, presidente da JBS, que denunciou o que aconteceu em maio do corrente ano ao STF, e que gravou o atual presidente, autorizando a compra do silêncio de Eduardo Cunha, para não fazer delação, ficando tudo desvendado.

Conclui afirmando que o governo de Michel Temer é ilegítimo e que seria bom para o Brasil se renunciasse. [Taquígrafa: *Ana Maria*]

\*\*\*\*\*

**Ordem do Dia**

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Presidente) - Dá início à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário ao Projetos de Lei n.s: 0221/2016, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 0319/2016, de autoria do deputado Patrício Destro; 0324/2016, de autoria do deputado Antônio Aguiar, e Projeto de Resolução n. 0016/2015, de autoria do deputado Dr. Vicente Caropreso e outro(s).

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0473/2017, 0491/2017, 0492/2017, 0493/2017, 0494/2017, 0495/2017, 0496/2017, 0497/2017 e 0498/2017, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0474/2017, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 0475/2017, 0476/2017, 0499/2017, 0500/2017 e 0501/2017, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0477/2017, de autoria do deputado Narcizo Parizotto; 0478/2017, de autoria do deputado Altair Silva; 0479/2017, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0481/2017, de autoria da deputada Ana Paula de Lima; 0482/2017, de autoria do deputado Nilso Berlanda; 0489/2017, de autoria do deputado Mário Marcondes; 0490/2017, de autoria do deputado Natalino Lázare; 0502/2017, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

Comunica, outrossim, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0333/2017 e 0338/2017, de autoria do deputado Mário Marcondes; 0334/2017, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0335/2017, 0336/2017 e 0337/2017, de autoria do deputado José Nei Ascari; e 0339/2017, de autoria do deputado Neodi Saretta.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

A Presidência suspende a sessão, por até 10 minutos, para que possa usar a tribuna o sr. Gilson Vieira, Secretário Geral do Sindicato dos Trabalhadores na Empresa de Correios e Telégrafos e Similares de Santa Catarina. [Taquígrafa: *Sara*]

\*\*\*\*\*

**Explicação Pessoal**

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Presidente) - Reabre a sessão e passa ao horário destinado à Explicação Pessoal.

DEPUTADO ALTAIR SILVA (Orador) - Manifesta-se sobre a aprovação na Assembleia do projeto das parcerias público-privadas, ressaltando a importância dos programas de concessões para o desenvolvimento do país, agradecendo a todos que apoiaram a iniciativa. Destaca que um programa de parceria públicas privadas em ação vai desafogar especialmente a questão de logística no estado, uma vez que várias rodovias no estado precisam de uma manutenção mais eficiente. Reconhece o esforço por parte do secretário estadual da Infraestrutura e do Deinfra para melhorar as condições das rodovias, porém entende que há limitações de recursos por parte do governo para empreender todas as obras, e tem certeza de que com a parceria da iniciativa privada haverá maior celeridade e resolução.

Agradece aos parlamentares pela aprovação, na Casa, de lei que reconhece de utilidade pública a Associação Chapecoense de Chapecó e também do projeto que concede Título de Cidadão Catarinense ao prefeito de Chapecó, Luciano Buligon. [Taquígrafa: *Cristiany*]

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT (Oradora) - Registra a passagem do Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, exibindo vídeo e lamentando que todos os dias aconteçam cenas de violência e exploração contra as crianças, questionando a participação do cidadão para mudar tal realidade e propondo à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina um grande debate a respeito do tema.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Presidente) - Não havendo mais oradores a fazer uso da palavra, encerra a sessão, convocando outra, especial, para segunda-feira, dia 22 de maio, em comemoração aos 40 anos da Associação Brasileira de Empresas de Eventos de Santa Catarina - ABEOC. [Taquígrafa: *Renata*].

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

#### ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

Aos dezesseis dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, em cumprimento aos artigos 131 e 134 do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reunião das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, sob a Presidência do Senhor **Deputado Jean Kuhlmann**, os Deputados Membros da Comissão de Constituição e Justiça: Darci de Matos, Dirceu Dresch, João Amin, José Nei Ascari, Marcos Vieira, Mauro de Nadal, Rodrigo Minotto e Valdir Cobalchini. Havendo quorum regimental, o presidente deu início aos trabalhos e submeteu à apreciação a Ata da 10ª Reunião Ordinária da comissão, que posta em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade. O presidente destacou a presença do Senhor Cassio Taniguchi, Superintendente da Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis (SUDERF), e do Senhor Célio Sztolz, Diretor Técnico da SUDERF, que acompanharam a reunião. Na sequência, o presidente abriu a palavra aos membros, obedecendo a ordem de chegada, para início da apreciação de matérias. O SENHOR DEPUTADO JEAN KUHLMANN COLOCOU PARA APECIAÇÃO AS SEQUINTE MATÉRIAS: PL./0396.1/2016, de autoria do Governador do Estado, que institui a Taxa de Fiscalização do Transporte Intermunicipal de Passageiros (TFT) e as taxas por atos do Departamento de Transportes e

Terminais (DTER) e estabelece outras providências. Fazendo uso das atribuições de presidente, colocou a matéria para apreciação em função do prazo para devolução de vista. Houve devolução de vista coletiva sem manifestação ao parecer favorável a matéria com Emenda Substitutiva Global exarado pelo relator Deputado Valdir Cobalchini, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0102.6/2017, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que dispõe sobre a conversão de licença-prêmio e de saldo de férias dos servidores do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina em pecúnia e adota outras providências. Devolveu vista sem manifestação ao parecer favorável à matéria exarado pelo relator Deputado Valdir Cobalchini, que posto em discussão, foi mantida vista em gabinete ao Deputado Darci de Matos. PLC/0014.2/2017, de autoria do Governador do Estado, que Altera a Lei Complementar nº 381, de 2007, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual. Fazendo uso das atribuições de presidente, colocou a matéria para apreciação em função do prazo para devolução de vista. Houve devolução de vista coletiva sem manifestação ao parecer favorável a matéria exarado pelo relator Deputado Darci de Matos, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PLC/0007.3/2017, de autoria do Governador do Estado, que altera a Lei Complementar nº 636, de 2014, que institui a Região Metropolitana da Grande Florianópolis (RMF) e a Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis (Suderf) e estabelece outras providências; Fazendo uso das atribuições de presidente, colocou a matéria para apreciação em função do prazo para devolução de

vista. Houve devolução de vista sem manifestação ao parecer do relator dos Deputados Dirceu Dresch, Darci de Matos, José Nei Ascari, Mauro de Nadal, Marcos Vieira e Rodrigo Minotto. O Deputado Valdir Cobalchini apresentou requerimento pela retirada do regime de urgência da matéria, o presidente consultou o Líder do Governo e membro da comissão Deputado Darci de Matos que se posicionou contrário ao pedido. O Deputado Valdir Cobalchini apresentou requerimento pela diligência à Secretaria de Estado da Infraestrutura, à Secretaria de Estado da Fazenda, à Secretaria de Estado da Segurança, à Procuradoria Geral do Estado, ao Tribunal de Contas do Estado, ao Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA), Departamento de Transportes e Terminais (DETER), à Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN), à Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC), à Fundação do Meio Ambiente (FATMA) e à Federação Catarinense de Municípios (FECAM), que não foi posto em votação por não ter sido acatado pelo presidente em razão do prazo para apresentação estar vencido, conforme previsto no § 2º do Art. 215 do RIALESC. O Deputado João Amin apresentou voto-vista favorável ao relator com Emenda Aditiva e solicitou que fosse anexo aos autos do processo o seu voto ao PL./0260.8/2015 apresentado dia 15 de setembro de 2015. O Deputado Valdir Cobalchini apresentou voto-vista contrário ao relator. O parecer favorável a matéria do relator, Deputado Jean Kuhlmann, foi posto em discussão e votação, e foi aprovado por maioria com abstenção do Deputado João Amin e votos contra dos Deputados Marcos Vieira, Mauro de Nadal e Valdir Cobalchini; **MPV/00209/2017**, de autoria do **Governador do Estado**, que Altera a Lei Complementar nº 381, de 2007, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual. Exarou parecer favorável nos termos do Projeto de Conversão em Lei com Emenda Modificativa, que posto em discussão, foi concedida vista em gabinete ao Deputado João Amin e ao Deputado Dirceu Dresch. **PL./0531.1/2015**, de autoria do **Governador do Estado**, que altera o art. 8º da Lei nº 13.334, de 2005, que institui o FUNDOSOCIAL, destinado a financiar programas de apoio à inclusão e promoção social, na forma do art. 204 da Constituição Federal, e estabelece outras providências. Fazendo uso das atribuições de presidente, colocou a matéria para apreciação por estar com prazo regimental de tramitação vencido. Houve devolução de vista da Deputada Luciane Carminatti sem manifestação. O parecer do relator, Deputado Marcos Vieira, favorável a matéria, foi posto em discussão e foi concedida vista em mesa ao Deputado José Nei Ascari, que manifestou-se destacando a relevância da matéria e apresentou sugestão para que a presente reunião ficasse aberta por tempo indeterminado para que houvesse tempo de realizar tratativas com o Executivo antes da votação em Plenário prevista para o dia seguinte, no sentido de construir consenso e dar melhor encaminhamento ao tema. O pedido feito pelo Deputado José Nei Ascari foi acatado pelo presidente conforme acordo firmado com demais membros. **O SENHOR DEPUTADO VALDIR COBALCHINI COLOCOU PARA APRECIÇÃO AS SEGUINTE MATÉRIAS: PL./0255.0/2016**, de autoria do **Deputado Cesar Valduga**, que dispõe sobre a verificação do rendimento e controle de frequência dos estudantes que tenham sido eleitos para funções em entidades estudantis. Requereu diligência à Secretaria de Estado da Educação e à Secretaria de Estado da Casa Civil, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0272.1/2016**, de autoria da **Deputada Dirce Heiderscheidt**, que dispõe sobre a prevenção das doenças associadas à exposição solar do trabalhador rural, do agricultor, do pescador e do aquicultor, no âmbito do Estado de Santa Catarina. Requereu diligência à Secretaria de Estado da Saúde, à Secretaria de Estado da Agricultura e Pesca e à Secretaria de Estado da Casa Civil, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0329.1/2016**, de autoria do **Deputado Antonio Aguiar**, que institui a Política de Mobilidade Sustentável no Estado de Santa Catarina. Requereu diligência à Secretaria de Estado da Casa Civil, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0290.3/2016**, de autoria do **Deputado Antonio Aguiar**, que dispõe sobre o Programa de Segurança e Proteção Escolar nas escolas da rede pública estadual de ensino do Estado de Santa Catarina. Requereu diligência à Secretaria de Estado da Educação e à Secretaria de Estado da Casa Civil, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0336.0/2016**, de autoria do **Deputado Antonio Aguiar**, que institui a Política de Diagnóstico e Tratamento da Depressão Pós-parto nas redes públicas de saúde do Estado de Santa Catarina. Requereu diligência à Secretaria de Estado da Saúde e à Secretaria de Estado da Casa Civil, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0385.9/2016**, de autoria do **Deputado Antonio Aguiar**, que altera o Anexo Único da Lei nº 16.794, de 2015, que “Aprova o Plano Estadual de Educação (PEE) para o decênio 2015-2024 e estabelece outras providências”, para incluir estratégia na Meta de garantir o ensino do Contestado nos currículos escolares. Requereu renovação da diligência à Secretaria de Estado da Educação e à Secretaria de Estado da Casa Civil, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0319.0/2016**, de autoria do **Deputado Patrício Destro**, que altera a Lei nº 13.334, de 2005, que institui o FUNDOSOCIAL, destinado a financiar programas de apoio à inclusão e promoção social, na forma do art. 204 da

Constituição Federal. Exarou parecer pela rejeição da matéria, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0221.1/2016**, de autoria da **Deputada Dirce Heiderscheidt**, que dispõe sobre a conversão em advertência por escrito da punição por multa nas infrações de trânsito leves ou médias no Estado de Santa Catarina. Exarou parecer pela rejeição da matéria, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria com voto contra do Deputado Rodrigo Minotto; **PL./0324.7/2016**, de autoria do **Deputado Antonio Aguiar**, que institui o Programa Estadual para o Combate à Sífilis no Estado de Santa Catarina. Exarou parecer pela rejeição da matéria, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0254.0/2016**, de autoria do **Deputado Rodrigo Minotto**, que inclui o “Carnavale de Venezia”, ocorrido no Município de Nova Venezia, no calendário oficial de eventos do Estado de Santa Catarina. Exarou parecer favorável à matéria, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **O SENHOR DEPUTADO MARCOS VIEIRA COLOCOU PARA APRECIÇÃO AS SEGUINTE MATÉRIAS: PRS/0002.3/2015**, de autoria da **Mesa**, que altera o Regimento Interno da Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução nº 005, de 2008, para que os Deputados tenham conhecimento da pauta das reuniões das Comissões Permanentes, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas. Exarou parecer favorável à matéria, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PRS/0016.9/2015**, de autoria do **Deputado Dr. Vicente Caropreso e outro(s)**, que institui no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina os Títulos e Certificados: “Empresa Amiga da Criança e do Adolescente” e “Pessoa Amiga da Criança e do Adolescente”. Exarou parecer pela rejeição da matéria, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PRS/0001.2/2017**, de autoria da **Deputada Luciane Carminatti e outro(s)**, que institui o Selo Pró-Equidade de Gênero para empresas estabelecidas em Santa Catarina. Requereu diligência à Mesa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O SENHOR DEPUTADO JOÃO AMIN COLOCOU PARA APRECIÇÃO A SEGUINTE MATÉRIA: PL./0347.3/2016**, de autoria do **Deputado Altair Silva**, que institui a Matriz de Distribuição de Recursos Financeiros destinados diretamente aos hospitais regionais integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS), no âmbito do Estado de Santa Catarina e adota outras providências. Requereu a realização de Audiência Pública conjunta - a combinar a participação da Comissão de Saúde-, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O SENHOR DEPUTADO JOSE NEI ASCARI COLOCOU PARA APRECIÇÃO AS SEGUINTE MATÉRIAS: PL./0330.5/2015**, de autoria do **Deputado Darci de Matos**, que dispõe sobre o fornecimento de peruca às pessoas com alopecia provocada pela aplicação da quimioterapia no âmbito do Estado de Santa Catarina, e adota outras providências. Requereu nova diligência à Secretaria de Estado da Saúde, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0141.2/2017**, de autoria do **Deputado Nilso Berlanda**, que dispõe sobre a proibição da disponibilização de sacolas plásticas por supermercados e outras casas de comércio, fora dos padrões estabelecidos pela norma nº 14.937 da ABNT, dentro do Estado de Santa Catarina. Exarou parecer pela tramitação conjunta e consequente apensamento da matéria ao PL./0238.0/2011, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0094.1/2017**, de autoria do **Deputado Dóia Guglielmi**, que declara de utilidade pública a Associação Desportiva de Futsal Tubaronense (ADFT), do Município de Tubarão. Requereu diligência à referida Entidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O SENHOR DEPUTADO DARCI DE MATOS COLOCOU PARA APRECIÇÃO AS SEGUINTE MATÉRIAS: PEC/0003.1/2017**, de autoria do **Deputado Mario Marcondes e outro(s)**, que dá nova redação ao art. 120-B adiciona os §§ 4º e 5º, modifica o art. 122 § 1º inciso III e § 2º. “. Exarou parecer pela admissibilidade da matéria, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PLC/0011.0/2017**, de autoria do **Deputado José Nei A. Ascari**, que dispõe sobre a comunicação, por parte dos tabelionatos de notas, ao Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), nos casos de transferência de propriedade de veículos automotores. Exarou parecer favorável com Emenda Modificativa, que posto em discussão, foi concedida vista em gabinete ao Deputado José Nei Ascari e ao Deputado Dirceu Dresch; **MSV/00747/2017**, de autoria do **Governador do Estado**, que Veto total ao PL/030/16, de autoria do Deputado Cesar Valduga, que declara integrante do patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado de Santa Catarina, a Ponte Pênsil Padre Mathias Michelizza, localizada na divisa dos Municípios de Capinzal e Ouro. Exarou parecer pela admissibilidade da matéria, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade com abstenção do Deputado Dirceu Dresch. **O SENHOR DEPUTADO RODRIGO MINOTTO COLOCOU PARA APRECIÇÃO A SEGUINTE MATÉRIA: PL./0379.0/2016**, de autoria do **Deputado Dirceu Dresch**, que reconhece simbolicamente João da Cruz e Sousa, como Promotor Público, ao direito que lhe foi negado em 1883. Requereu nova diligência ao Ministério Público de Santa Catarina, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **O SENHOR DEPUTADO DIRCEU DRESCH COLOCOU PARA APRECIÇÃO AS SEGUINTE MATÉRIAS: PL./0076.0/2017**, de autoria do **Deputado Cesar Valduga**, que declara de

utilidade pública a Associação de Proteção Animal e Ambiental de Capinzal e Ouro (Faunamiga). Requereu diligência a referida Entidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PRS/0003.4/2017**, de autoria do **Deputado Cesar Valduga**, que institui o mês Abril Verde dedicado a ações de Prevenção de Acidentes e Doenças do Trabalho no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Requereu diligência à Mesa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0056.6/2017**, de autoria do **Deputado Altair Silva**, que denomina Doutor Valmor Ernesto Lunardi a nova ala do Hospital Regional de Chapecó. Requereu diligência ao autor do projeto, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0147.8/2016**, de autoria do **Deputado Luiz Fernando Vampiro**, que dispõe sobre a estampa da data de validade na embalagem dos produtos destinados à merenda escolar, no âmbito do Estado de Santa Catarina. Requereu diligência à Secretaria de Estado da Educação e à Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC), que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O SENHOR DEPUTADO JEAN KUHLMANN COLOCOU PARA APRECIÇÃO EXTRA-PAUTA AS SEGUINTE MATÉRIAS: PLC/0024.4/2016**, de autoria do **Deputado Gelson Merisio**, que revoga o inciso II do art. 105 da Lei nº 6.218, de 1983, que "Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares do Estado de Santa Catarina, e dá outras providências". Fazendo uso das atribuições de presidente, requereu a prorrogação do prazo de tramitação da matéria (por no máximo noventa dias) por considerá-la relevante e de grande complexidade com base no parágrafo único do art. 141 do RIALESC, que posto em discussão e votação foi aprovado por maioria com voto contra do Deputado João Amin. O Deputado João Amin manifestou verbalmente sua posição contrária ao pedido aprovado, e solicitou que fosse constatado em ata a forma como foi feito o pedido e a sua fala sobre a importância dessa discussão: "Importante abertura de precedente da Comissão de Constituição e Justiça nesse momento", disse o parlamentar. **PLC/0005.1/2017**, de autoria da **Mesa**, que altera a Resolução nº 001, de 2006, que dispõe sobre a organização administrativa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), e a Resolução nº 002, de 2006, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal, o Plano de Carreira, os cargos, as classes de cargos, as funções de confiança e as atribuições dos servidores da ALESC, ambas convalidadas pela Lei Complementar nº 642, de 2015, e adota outras providências. Exarou parecer complementar favorável com Emenda Substitutiva Global apresentada pela Mesa, que posto em discussão, foi concedida vista coletiva. Nada mais havendo a tratar, **o presidente** agradeceu a presença dos Senhores Deputados e dos demais presentes e suspendeu a presente reunião por tempo indeterminado. Aos dezessete dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, às onze horas e quarenta e cinco minutos, reuniram-se na Sala de Reunião das Comissões, sob a Presidência do Senhor **Deputado Jean Kuhlmann**, os Deputados Membros da Comissão de Constituição e Justiça: Darci de Matos, João Amin, José Nei Ascari, Marcos Vieira, Mauro de Nadal, Rodrigo Minotto e Valdir Cobalchini. **O presidente** comunicou a presença da Deputada Luciane Carminatti que compôs a mesa substituindo o Deputado membro Dirceu Dresch. Havendo quorum regimental, **o presidente** reabriu os trabalhos e recolocou em discussão o parecer do relator, Deputado Marcos Vieira, favorável ao **PL./0531.1/2015**, de autoria do **Governador do Estado**, que altera o art. 8º da Lei nº 13.334, de 2005, que institui o FUNDOSOCIAL, destinado a financiar programas de apoio à inclusão e promoção social, na forma do art. 204 da Constituição Federal, e estabelece outras providências. O Deputado José Nei Ascari

apresentou voto-vista favorável ao relator da matéria com Emenda Substitutiva Global. O Deputado Marcos Vieira, relator da matéria, solicitou vista em mesa, que foi concedida pelo presidente. O Deputado Marcos Vieira manifestou-se pedindo o tempo de 2 horas para que fosse possível examinar o conteúdo do voto-vista apresentado pelo Deputado José Nei Ascari e sugeriu que a presente reunião fosse suspensa por este período com o compromisso de os membros da comissão voltarem a se reunir às quatorze horas deste mesmo dia para deliberar sobre a matéria, pedido este que foi acatado pelo presidente conforme acordo firmado com demais membros. O Deputado João Amin requereu esforço do Líder do Governo e membro da comissão, Deputado Darci de Matos, por uma manifestação do Executivo com relação a emenda apresentado pelo Deputado José Nei Ascari em seu voto-vista. Nada mais havendo a tratar, **o presidente** agradeceu a presença dos Senhores Deputados e dos demais presentes e suspendeu a presente reunião convocando os membros para sua reabertura às quatorze horas. Às quatorze horas, reuniram-se na Sala de Reunião das Comissões, sob a Presidência do Senhor **Deputado Jean Kuhlmann**, os Deputados Membros da Comissão de Constituição e Justiça: Darci de Matos, Dirceu Dresch, João Amin, José Nei Ascari, Marcos Vieira, Mauro de Nadal, Rodrigo Minotto e Valdir Cobalchini. Havendo quorum regimental, **o presidente** reabriu os trabalhos e recolocou em discussão o **PL./0531.1/2015**. O relator da matéria, Deputado Marcos Vieira, abdicou do seu relatório e voto pelo voto-vista apresentado pelo Deputado José Nei Ascari favorável à matéria com Emenda Substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade com abstenção do Deputado Dirceu Dresch. Nada mais havendo a tratar, **o presidente** agradeceu a presença dos Senhores Deputados e dos demais presentes e encerrou a presente reunião, da qual, eu Robério de Souza, Chefe de Secretaria da Comissão, lavrei esta Ata que, após lida e aprovada por todos os membros do colegiado, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia.

Sala de Reunião das Comissões, 17 de maio de 2017

**DEPUTADO JEAN KUHLMANN**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

## EXTRATOS

### EXTRATO 037/2017

REFERÊNCIA: 1ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 002/2017 oriunda do Pregão Presencial CL nº 007/2017.

OBJETO: Aquisição de insumos/consumíveis e peças de reposição de impressoras multifuncionais.

VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (17 de maio de 2017).

FUNDAMENTO LEGAL: art. 15 da Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e demais normas contidas na referida Lei com suas alterações posteriores, na Lei nº 10.520 de 17/7/2002, na Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, nos Decretos Federais nº 7.892 de 23/1/2013 e nº 8.250 de 23/05/2014, nos Atos da Mesa nº 214 de 5/11/2007, art. 8º, nº 128/2015, nº 131/2016 e 101/2017, na Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 22/2017 de 31/03/2017 e demais disposições legais aplicáveis, todas dispostas no Edital de Pregão Presencial nº 007/2017.

Lote 5						
ITEM	QTD.	UN.	PRODUTOS	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	VALOR UN. (R\$)	SUB TOTAL (R\$)
19	15,00	UN	TONER AMARELO MC 361	TONER AMARELO MC 361	R\$ 650,00	R\$ 9750,00
20	15,00	UN	TONER MAGENTA MC 361	TONER MAGENTA MC 361	R\$ 650,00	R\$ 9750,00
21	15,00	UN	TONER CYANO MC 361	TONER CYANO MC 361	R\$ 650,00	R\$ 9750,00
22	15,00	UN	TONER PRETO MC 361	TONER PRETO MC 361	R\$ 400,00	R\$ 6000,00
23	2,00	UN	TAMBOR DE IMAGEM DO FABRICANTE OKI COD. 44494202	TAMBOR DE IMAGEM	R\$ 880,00	R\$ 1760,00
24	2,00	UN	FITA DE TRANSFERENCIA DO FABRICANTE OKI COD. 44472202	FITA DE TRANSFERENCIA	R\$ 600,00	R\$ 1200,00
25	2,00	UN	UNIDADE FUSORA DO FABRICANTE OKI COD. 44472603	UNIDADE FUSORA	R\$ 910,00	R\$ 1820,00
TOTAL DO LOTE (R\$):						R\$ 40.030,00
Lote 6						
ITEM	QTD.	UN.	PRODUTOS	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	VALOR UN. (R\$)	SUB TOTAL (R\$)
26	10,00	UN	TONER PRETO DA IMPRESSORA BROTHER 9640CDN COD. TN-315BK	TONER PRETO DA IMPRESSORA BROTHER 9640CDN COD. TN-315BK	R\$ 436,77	R\$ 4367,70
27	10,00	UN	TONER CIANO DA IMPRESSORA BROTHER 9640CDN COD. TN-315C	TONER CIANO DA IMPRESSORA BROTHER 9640CDN COD. TN-315C	R\$ 484,49	R\$ 4844,90

28	10,00	UN	TONER MAGENTA DA IMPRESSORA BROTHER 9640CDN COD. TN-315M	TONER MAGENTA DA IMPRESSORA BROTHER 9640CDN COD. TN-315M	R\$ 484,49	R\$ 4844,90
29	10,00	UN	TONER AMARELO DA IMPRESSORA BROTHER 9640CDN COD. TN-315Y	TONER AMARELO DA IMPRESSORA BROTHER 9640CDN COD. TN-315Y	R\$ 484,49	R\$ 4844,90
30	4,00	UN	CILINDRO DA IMPRESSORA BROTHER 9640CDN COD. DR.310CL	CILINDRO DA IMPRESSORA BROTHER 9640CDN COD. DR.310CL	R\$ 840,00	R\$ 3360,00
31	4,00	UN	UNIDADE DE TRANSFERENCIA DA IMPRESSORA BROTHER 9640CDN COD. BU-300CL	UNIDADE DE TRANSFERENCIA DA IMPRESSORA BROTHER 9640CDN COD. BU-300CL	R\$ 1040,00	R\$ 4160,00
32	4,00	UN	CAIXA DE RESÍDUOS DA IMPRESSORA BROTHER 9640CDN COD. WT-300CL	CAIXA DE RESÍDUOS DA IMPRESSORA BROTHER 9640CDN COD. WT-300CL	R\$ 235,00	R\$ 940,00
TOTAL DO LOTE (R\$):					R\$ 27.362,40	
Lote 7						
ITEM	QTD.	UN.	PRODUTOS	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	VALOR UN. (R\$)	SUB TOTAL (R\$)
33	50,00	UN	BOBINA TÉRMICA 80MMx40M COMPATÍVEL MP2100TH	PAPÉL 80MMx40M COMPATÍVEL MP2100TH	R\$ 11,00	R\$ 550,00
34	200,00	UN	BOBINA TÉRMICA 57MMx360M COMPATÍVEL DIMEP PRINT POINT II	PAPÉL 57MMx360M COMPATÍVEL DIMEP PRINT POINT II	R\$ 35,00	R\$ 7000,00
TOTAL DO LOTE (R\$):					R\$ 7.550,00	
Lote 8						
ITEM	QTD.	UN.	PRODUTOS	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	VALOR UN. (R\$)	SUB TOTAL (R\$)
37	30,00	UN	CARTUCHO DE TINTA PRETO BROTHER COD. LC-109BK	CARTUCHO DE TINTA PRETO BROTHER COD. LC-109BK	R\$ 160,00	R\$ 4800,00
38	20,00	UN	CARTUCHO DE TINTA CIANO BROTHER COD. LC-105C	CARTUCHO DE TINTA CIANO BROTHER COD. LC-105C	R\$ 99,00	R\$ 1980,00
39	20,00	UN	CARTUCHO DE TINTA AMARELO BROTHER COD. LC-105Y	CARTUCHO DE TINTA AMARELO BROTHER COD. LC-105Y	R\$ 99,00	R\$ 1980,00
40	20,00	UN	CARTUCHO DE TINTA MAGENTA BROTHER COD. LC-105M	CARTUCHO DE TINTA MAGENTA BROTHER COD. LC-105M	R\$ 99,00	R\$ 1980,00
TOTAL DO LOTE (R\$):					R\$ 10.740,00	

1ª REGISTRADA: Xbramar Soluções e Tecnologia Ltda.  
Endereço: Rua Santos Saraiva, nº 1386, Sobrado, Bairro: Estreito, Florianópolis/SC- CEP 88070-101  
Fone/fax (48) 2108-8216  
e-mail: mauro.rodrigues@xbramar.com.br  
CNPJ/MF nº 05.099.250/0001-44  
Florianópolis, 19 de maio de 2017  
Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor-Geral  
Felipe César Martins- Diretor de Tecnologia e Informações  
Mauro Rodrigues- Diretor

\*\*\* X X X \*\*\*

#### EXTRATO Nº 038/2017

REFERENTE: 03º Termo aditivo celebrado em 15/05/2017, referente ao Contrato CL nº 082/2015-00, celebrado em 16/09/2015.  
CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.  
CONTRATADA: Repas Alimentação Ltda.  
OBJETO: O presente termo aditivo têm por finalidade renovar por mais 60 (sessenta) dias, mais precisamente para o período compreendido entre 14 de maio de 2017 e 12 de julho de 2017, a vigência do contrato 082/2015-00.  
Referido prazo se torna necessário para que possamos concluir com segurança o novo processo licitatório instruído por determinação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina através do Relatório GAC/HJN 189/2016.  
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, II, da Lei nº 8.666 de 21/06/93; Cláusula Oitava, item 8.1 do Contrato original; Atos da Mesa nºs 128/2015, 131/2016 e 101/2017 e; Autorização Administrativa através de despacho no Ofício SCT 159/20176.  
Florianópolis/SC, 19 de maio de 2017  
Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor-Geral  
Maria Izabel Ávila da Silva Carioni- Diretora Administrativa  
Luciano da Silva Schroeder- Administrador

\*\*\* X X X \*\*\*

#### EXTRATO Nº 039/2017

REFERENTE: Contrato nº 025/2017 celebrado em 26/04/2017  
CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)  
CONTRATADA: LTR Soluções em Tecnologia da Informação Eireli  
OBJETO: Aquisição de etiquetas RFID para identificação dos bens patrimoniais da ALESC.  
VALOR TOTAL: R\$ 42.780,40  
VIGÊNCIA: entre a data de assinatura e o recebimento definitivo objeto, prazo de garantia de 12 meses.  
FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e suas alterações,

que regulamenta o art. 37, inciso XXI da CF de 1988; Lei nº 10.520 de 17/07/2002; Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006; Atos da Mesa nº 101 de 14/02/2017; nº 128 de 27/02/2015 e nº 131 de 09/03/2016; Autorização para Processo Licitatório nº 183 de 13/12/2016, partes integrantes deste instrumento, e condições contidas nas peças que o compõe e; Edital de Pregão Presencial nº 003/2017.

Florianópolis, 19 de maio de 2017.

Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor-Geral  
Maria Izabel Ávila da Silva Carioni- Diretora Administrativa  
Luiz Roberto Teixeira Reis- Sócio

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIAS

#### PORTARIA Nº 1272, de 22 de maio de 2017

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

#### RESOLVE:

**LOTAR** a servidora **RENATA BRESCIANI**, matrícula nº 7177, na GP - Diretoria Geral, a contar de 17 de maio de 2017.

Carlos Antonio Blosfeld  
Diretor de Recursos Humanos

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PORTARIA Nº 1273, de 22 de maio de 2017

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

#### RESOLVE:

**LOTAR** a servidora **LUCIANA GARCIA WINCK**, matrícula nº 7244, na DL - CC - Gerência da Comissão Parlamentar de Inquérito, a contar de 1º de junho de 2017.

Carlos Antonio Blosfeld  
Diretor de Recursos Humanos

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1274, de 22 de maio de 2017**

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

**RESOLVE:** Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

**PUBLICAR** que o servidor abaixo relacionado exerce **Atividade Parlamentar Externa**, a contar de 18 de maio de 2017.

**Gabinete do Deputado Altair da Silva**

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
5667	ANDRÉ RICARDO CALLAI	CHAPECÓ

Carlos Antonio Blossfeld  
Diretor de Recursos Humanos

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1275, de 22 de maio de 2017**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**RESOLVE:**

**ART. 1º DESIGNAR** o servidor **CELIO CESAR DA SILVA**, matrícula nº 844, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Assessoria técnica-orçamento estadual, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, MIGUEL DONIZETE BABY, que se encontra em prorrogação de licença para tratamento de saúde, por 90 (noventa dias), a contar de 2 de maio de 2017 (DL - Coordenadoria do Orçamento Estadual).

**ART. 2º** Com base no § 2º do art. 26 da Resolução nº 002/2006, por estar no exercício de função de confiança, no período, o servidor não perceberá o adicional de exercício.

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1276, de 22 de maio de 2017**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

**RESOLVE:**

**Art. 1º DESIGNAR** o servidor **JULIANO DA COSTA AZEVEDO**, matrícula nº 6317, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Coordenador de Recursos Materiais, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, JULIANA TANCREDO GALLOTTI, que se encontra em fruição de licença-prêmio por trinta dias, a contar de 15 de maio de 2017 (DA - Coordenadoria de Recursos Materiais).

**ART. 2º** - Com base no § 2º do art. 26 da Resolução nº 002/2006, por estar no exercício de cargo em comissão, no período, o servidor não perceberá o adicional de exercício.

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1277, de 22 de maio de 2017**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

**DESIGNAR** os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 009/2017.

Matr	Nome do Servidor	Função
1332	HELIO ESTEFANO BECKER FILHO	Pregoeiro
1039	VICTOR INÁCIO KIST	Pregoeiro substituto
1015	SERGIO MACHADO FAUST	Equipe de apoio
2096	JOHNI LUCAS DA SILVA	
7211	JOÃO GABRIEL P. ZIMMERMANN	
1877	ANTONIO HENRIQUE COSTA BULCÃO VIANNA	
0947	VALTER EUCLIDES DAMASCO	

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1278, de 22 de maio de 2017**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

**DESIGNAR** os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 010/2017.

Matr	Nome do Servidor	Função
1039	VICTOR INÁCIO KIST	Pregoeiro
7211	JOÃO GABRIEL P. ZIMMERMANN	Pregoeiro substituto
1015	SERGIO MACHADO FAUST	Equipe de apoio
2096	JOHNI LUCAS DA SILVA	
1877	ANTONIO HENRIQUE COSTA BULCÃO VIANNA	
0947	VALTER EUCLIDES DAMASCO	
1332	HELIO ESTEFANO BECKER FILHO	

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE CONVERSÃO EM LEI****PROJETO DE CONVERSÃO EM LEI DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 00208/2017**

Altera os Anexos VII-E e XIV da Lei Complementar nº 381, de 2007.

Art. 1º O Anexo VII-E da Lei Complementar nº 381, de 7 de maio de 2007, passa a vigorar conforme redação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º O Anexo XIV da Lei Complementar nº 381, de 2007, passa a vigorar conforme redação constante do Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões,

Deputado Milton Hobus

Relator

ANEXO I  
"ANEXO VII-E  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
(Lei Complementar nº 381, de 7 de maio de 2007)

ÓRGÃO DENOMINAÇÃO DO CARGO	Quantidade	Código	Nível
GABINETE DO SECRETÁRIO			
Assistente do Secretário	2	DGS/FTG	2
Assessor de Comunicação	1	DGS/FTG	2
Consultor Jurídico	1	DGS/FTG	1
Assessor Jurídico	2	DGS/FTG	1
Consultor Técnico	6	DGI	1
Ouvidor	1	DGS/FTG	1

GABINETE DO SECRETÁRIO ADJUNTO PARA ASSUNTOS FINALÍSTICOS			
Secretário Adjunto para Assuntos Finalísticos	1		
Assistente do Secretário Adjunto	2	DGS/FTG	2
SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO SUS			
Superintendente de Planejamento e Gestão do SUS	1	DGS/FTG	1
Assistente do Superintendente	1	DGS/FTG	3
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, CONTROLE E AVALIAÇÃO DO SUS			
Diretor de Planejamento, Controle e Avaliação do SUS	1	DGS/FTG	1
Gerente de Contratualização dos Serviços do SUS	1	DGS/FTG	2
Gerente de Controle e Avaliação do Sistema	1	DGS/FTG	2
Gerente de Programação em Saúde	1	DGS/FTG	2
Gerente de Auditoria	1	DGS/FTG	2
Gerente de Coordenação da Atenção Básica	1	DGS/FTG	2
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE			
Diretor de Educação Permanente em Saúde	1	DGS/FTG	1
Gerente da Escola de Saúde Pública	1	DGS/FTG	2
Gerente da Escola Nível Médio - EFOS	1	DGS/FTG	2
SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E REGULAÇÃO			
Superintendente de Serviços Especializados e Regulação	1	DGS/FTG	1
Assistente do Superintendente	1	DGS/FTG	3
Gerente dos Complexos Reguladores	1	DGS/FTG	2
Gerente do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU)	1	DGS/FTG	2
Gerente do Centro Catarinense de Reabilitação	1	DGS/FTG	2
Gerente do SC Transplantes	1	DGS/FTG	2
Gerente de Regulação de UTI	1	DGS/FTG	2
Gerente de Anatomia Patológica	1	DGS/FTG	2
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE			
Superintendente de Vigilância em Saúde	1	DGS/FTG	1
Assistente do Superintendente	1	DGS/FTG	3
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA			
Diretor de Vigilância Sanitária	1	DGS/FTG	1
Gerente de Hemo, Farmaco e Toxicovigilância	1	DGS/FTG	2
DIRETORIA DO LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA			
Diretor do Laboratório Central	1	DGS/FTG	1
Gerente de Administração da Rede de Laboratórios	1	DGS/FTG	2
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA			
Diretor de Assistência Farmacêutica	1	DGS/FTG	1
Gerente de Administração de Assistência Farmacêutica	1	DGS/FTG	2
Gerente Técnico de Assistência Farmacêutica	1	DGS/FTG	2
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA			
Diretor de Vigilância Epidemiológica	1	DGS/FTG	1
SUPERINTENDÊNCIA DE HOSPITAIS PÚBLICOS ESTADUAIS			
Superintendente dos Hospitais Públicos Estaduais	1	DGS/FTG	1
Assistente do Superintendente	1	DGS/FTG	3
Gerente de Desenvolvimento dos Hospitais Públicos Estaduais	1	DGS/FTG	2
Gerente de Custos e Resultados	1	DGS/FTG	2
Gerente de Acompanhamento da Execução das Metas Hospitalares	1	DGS/FTG	2
Gerente de Supervisão das Organizações Sociais	1	DGS/FTG	2
DIRETORIA DO HOSPITAL GOVERNADOR CELSO RAMOS			
Diretor do Hospital Governador Celso Ramos	1	DGS/FTG	1
Gerente de Administração do Hospital Governador Celso Ramos	1	DGS/FTG	2
DIRETORIA DO HOSPITAL INFANTIL JOANA DE GUSMÃO			
Diretor do Hospital Infantil Joana de Gusmão	1	DGS/FTG	1
Gerente de Administração do Hospital Infantil Joana de Gusmão	1	DGS/FTG	2
DIRETORIA DO HOSPITAL SÃO JOSÉ DR. HOMERO DE MIRANDA GOMES			
Diretor do Hospital São José Dr. Homero de Miranda Gomes	1	DGS/FTG	1
Gerente de Administração do Hospital São José Dr. Homero de Miranda Gomes	1	DGS/FTG	2
DIRETORIA DO INSTITUTO DE CARDIOLOGIA			
Diretor do Instituto de Cardiologia	1	DGS/FTG	1
Gerente de Administração do Instituto de Cardiologia	1	DGS/FTG	2

DIRETORIA DO HOSPITAL NEREU RAMOS			
Diretor do Hospital Nereu Ramos	1	DGS/FTG	1
Gerente de Administração do Hospital Nereu Ramos	1	DGS/FTG	2
DIRETORIA DA MATERNIDADE CARMELA DUTRA			
Diretor da Maternidade Carmela Dutra	1	DGS/FTG	1
Gerente de Administração da Maternidade Carmela Dutra	1	DGS/FTG	2
DIRETORIA DO INSTITUTO DE PSIQUIATRIA DE SANTA CATARINA			
Diretor do Instituto de Psiquiatria de Santa Catarina	1	DGS/FTG	1
Gerente de Administração do Instituto de Psiquiatria de Santa Catarina	1	DGS/FTG	2
DIRETORIA DO HOSPITAL FLORIANÓPOLIS			
Diretor do Hospital Florianópolis	1	DGS/FTG	1
Gerente de Administração do Hospital Florianópolis	1	DGS/FTG	2
DIRETORIA DO HOSPITAL SANTA TERESA			
Diretor do Hospital Santa Teresa	1	DGS/FTG	1
Gerente de Administração do Hospital Santa Teresa	1	DGS/FTG	2
DIRETORIA DO HOSPITAL MIGUEL COUTO			
Diretor do Hospital Miguel Couto	1	DGS/FTG	1
Gerente de Administração do Hospital Miguel Couto	1	DGS/FTG	2
DIRETORIA DA MATERNIDADE DONA CATARINA KUSS			
Diretor da Maternidade Dona Catarina Kuss	1	DGS/FTG	1
Gerente de Administração da Maternidade Dona Catarina Kuss	1	DGS/FTG	2
DIRETORIA DO HOSPITAL REGIONAL HANS DIETER SCHMIDT			
Diretor do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt	1	DGS/FTG	1
Gerente de Administração do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt	1	DGS/FTG	2
DIRETORIA DO HOSPITAL E MATERNIDADE TEREZA RAMOS			
Diretor do Hospital e Maternidade Tereza Ramos	1	DGS/FTG	1
Gerente de Administração do Hospital e Maternidade Tereza Ramos	1	DGS/FTG	2
DIRETORIA DA MATERNIDADE DARCY VARGAS			
Diretor da Maternidade Darcy Vargas	1	DGS/FTG	1
Gerente de Administração da Maternidade Darcy Vargas	1	DGS/FTG	2
DIRETORIA DO CENTRO DE PESQUISAS ONCOLÓGICAS			
Diretor do Centro de Pesquisas Oncológicas	1	DGS/FTG	1
DIRETORIA DO CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA			
Diretor de Centro de Hematologia e Hemoterapia	1	DGS/FTG	1
GABINETE DO SECRETÁRIO ADJUNTO PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS			
Secretário Adjunto para Assuntos Administrativos	1		
Assistente do Secretário Adjunto	2	DGS/FTG	2
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA			
Superintendente de Gestão Administrativa	1	DGS/FTG	1
Assistente do Superintendente	1	DGS/FTG	3
Gerente de Apoio Operacional	1	DGS/FTG	2
Gerente de Acompanhamento de Obras e Manutenção	1	DGS/FTG	2
Gerente de Administração Financeira	1	DGS/FTG	2
Gerente de Contabilidade	1	DGS/FTG	2
Gerente de Patrimônio	1	DGS/FTG	2
Gerente de Orçamento	1	DGS/FTG	2
Gerente de Tecnologia da Informação e Governança Eletrônica	1	DGS/FTG	2
Gerente de Planejamento	1	DGS/FTG	2
Diretor de Gestão de Pessoas	1	DGS/FTG	1
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LOGÍSTICA			
Superintendente de Compras e Logística	1	DGS/FTG	1
Assistente do Superintendente	1	DGS/FTG	3
Diretor de Planejamento e Gestão da Demanda de Bens e Serviços	1	DGS/FTG	1
Gerente de Gestão da Demanda de Bens e Serviços	1	DGS/FTG	2

Gerente de Planejamento da Demanda de Bens e Serviços	1	DGS/FTG	2
Diretor de Aquisição de Bens e Serviços	1	DGS/FTG	1
Gerente de Gestão de Bens e Serviços	1	DGS/FTG	2
Gerente de Aquisições e Licitações	1	DGS/FTG	2
Diretor de Logística	1	DGS/FTG	1
Gerente de Bens Regulares	1	DGS/FTG	2
Gerente de Bens Judiciais	1	DGS/FTG	2
Assessor Jurídico da Superintendência de Compras e Logística	1	DGS/FTG	1

" (NR)

ANEXO II  
"ANEXO XIV  
FUNÇÕES GRATIFICADAS DA ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA,  
AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL  
(Lei Complementar nº 381, de 7 de maio de 2007)

ÓRGÃO/entidade DENOMINAÇÃO DA FUNÇÃO	Quantidade	Código	Nível (*)
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE			
Controlador Interno	1	FG	1
Assistente do Controlador Interno	1	FG	3

" (NR)

\*\*\* X X X \*\*\*

### REDAÇÕES FINAIS

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 061/2016

Institui o selo Empresa Solidária com a Vida no Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica instituído, no Estado de Santa Catarina, o selo Empresa Solidária com a Vida destinado às empresas que desenvolvem programa de esclarecimento e incentivo aos seus funcionários para a doação de sangue, medula óssea, órgãos e tecidos humanos.

Parágrafo único. Para efeitos desta Lei, considera-se empresa solidária com a vida a pessoa jurídica que adotar política interna permanente para com seu quadro funcional a fim de informar, conscientizar e estimular a doação voluntária e regular de sangue e o cadastramento para a doação de medula óssea, órgãos e tecidos.

Art. 2º São objetivos do programa:

I - distinguir e homenagear empresas com preocupação social e solidária com a vida;

II - informar e orientar os trabalhadores sobre a doação de sangue, os procedimentos para fazer parte do cadastro de doadores e a importância da doação de medula óssea, órgãos e tecidos humanos para salvar vidas;

III - estimular as empresas a conceder oportunidade e condições ao trabalhador, a fim de que ele possa se dirigir ao banco de sangue ou hemocentro, doar sangue e cadastrar-se como doador de medula óssea.

Art. 3º É prerrogativa da empresa que aderir ao programa utilizar o selo Empresa Solidária com a Vida em suas peças publicitárias e ser citada nas publicações promocionais oficiais.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 04 de maio de 2017.

Deputado **JEAN KUHLMANN**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 101/2017

Declara de utilidade pública a Associação Chapecoense de Futebol, de Chapecó.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Chapecoense de Futebol, com sede no Município de Chapecó.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos prescritos na legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

IV - balancete contábil; e

V - declaração do presidente da entidade atestando o recebimento, ou não, de verba pública, no exercício referente à prestação de contas e, em caso afirmativo, especificando o valor, a origem e a destinação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 16 de maio de 2017.

Deputado **JEAN KUHLMANN**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 0349.5/2016

Fica acrescido inciso V ao art. 3º do Projeto de Lei nº 0349.5/2016 com a seguinte redação:

"Art. 3º....."

V - declaração do presidente da entidade atestado o recebimento ou não de verba pública, no exercício referente à prestação de contas e, em caso afirmativo, especificando o valor, a origem e a destinação".

Sala das Comissões,

Deputado Dirceu

Relator

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Sessão de 11/05/2017

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 349/2016

Declara de utilidade pública a Associação Casa de Acolhida São Felipe Neri, de Blumenau.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Casa de Acolhida São Felipe Neri, com sede no Município de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos prescritos na legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

IV - balancete contábil; e

V - declaração do presidente da entidade atestando o recebimento, ou não, de verba pública, no exercício referente à prestação de contas e, em caso afirmativo, especificando o valor, a origem e a destinação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 16 de maio de 2017.

Deputado **JEAN KUHLMANN**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*